

PRINCIPAIS DESTAQUES

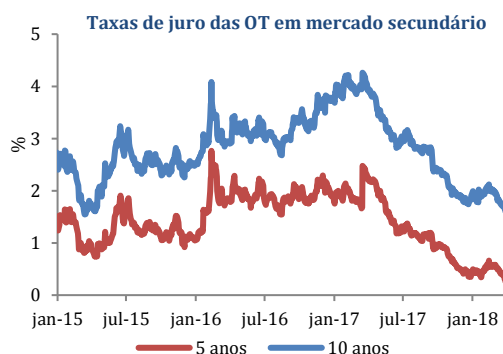
As necessidades líquidas de financiamento do Estado em 2017 fixaram-se em EUR 9,9 mil milhões, repartidas por um défice orçamental do Estado de EUR 4,8 mil milhões e outras necessidades de EUR 5,2 mil milhões, decorrentes sobretudo da capitalização da CGD e do financiamento de EPR.

Necessidades e fontes de financiamento em 2017 (EUR milhões)	
NECESSIDADES BRUTAS DE FINANCIAMENTO	27,961
Défice orçamental do Estado	4,786
Aquisição líquida de ativos financeiros do Estado	5,160
Amortizações OT (excl operação de troca)	7,718
Amortizações FMI	10,013
Outras amortizações de dívida MLP	284
FONTES DE FINANCIAMENTO	27,961
Utilização de depósitos (excl contas margem)	423
Emissões OT (excl operação de troca)	15,095
Emissões OTRV	3,500
Outras emissões de dívida MLP	2,329
Emissões líquidas BT (excl títulos detidos pelo FRDP)	323
Emissões líquidas CA/CTPM	2,835
Outros movimentos na Tesouraria Central do Estado	3,457
Saldo de depósitos no final de 2017 (excl contas-margem)	9,819
Saldo de contas-margem no final de 2017	528
Saldo total de depósitos no final de 2017	10,347

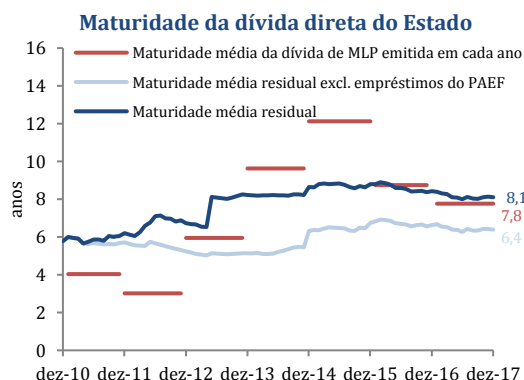
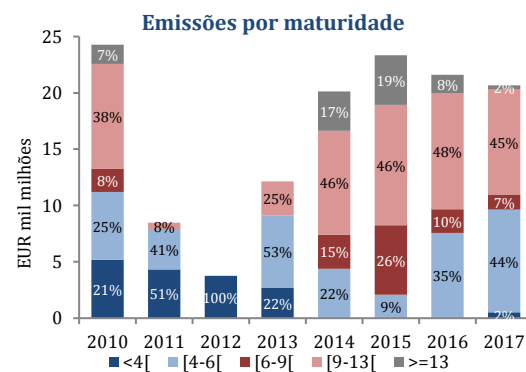
Em 2017, o financiamento foi garantido, sobretudo, por emissões de OT com um valor de encaixe de EUR 15,1 mil milhões (a que acresce EUR 3 mil milhões de operações de troca), pela emissão de OTRV no valor de EUR 3,5 mil milhões e por subscrições líquidas de CA/CT no valor de EUR 2,8 mil milhões.

Operações de financiamento em mercado em 2017			
	Valor nominal (EUR milhões)	Maturidade residual (anos)	Taxa média de emissão (%)
EMISSIONES SINDICADAS DE OT			
OT 4,125% abr 2027	3,000	10	4,23%
LEILÕES DE OT			
OT 4,8% jun 2020	508	3	1,22%
OT 2,2% out 2022	3,119	5	1,77%
OT 5,65% fev 2024	636	7	3,67%
OT 2,875% out 2025	721	8	3,30%
OT 2,875% jul 2026	651	9	3,95%
OT 4,125% abr 2027	5,342	10	2,73%
OT 4,1% fev 2045	359	28	3,98%
OPERAÇÕES DETROCA DE OT			
OT 2,2% out 2022	2,508	5	0,80%
OT 4,125% abr 2027	324	10	1,81%
EMISSIONES DE OUTROS TÍTULOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO			
OTRV abr 2022	1,000	5	Eurib6m + 1,9%
OTRV ago 2022	1,200	5	Eurib6m + 1,6%
OTRV dec 2022	1,300	5	Eurib6m + 1,1%
LEILÕES DE BT (emissões brutas)			
3 meses	1,416	0,25	-0,31%
6 meses	2,650	0,5	-0,25%
11 meses	4,929	0,92	-0,22%
12 meses	7,798	1	-0,21%

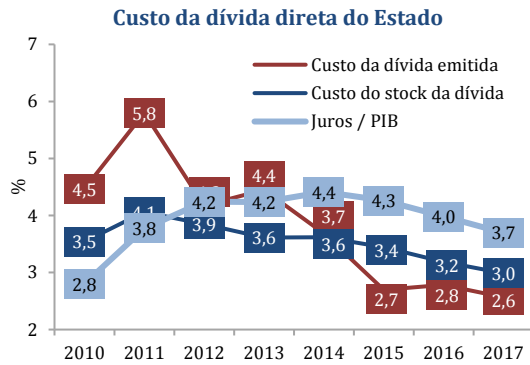
As taxas de juro no mercado secundário diminuíram de forma significativa a partir de abril, refletindo sobretudo a melhoria da situação económica e orçamental em Portugal, traduzida na saída do Procedimento por Défice Excessivo e na melhoria do *rating* por parte da S&P e da Fitch.



O IGCP voltou a concentrar as suas emissões nas maturidades de referência a 5 e 10 anos, o que permitiu manter a maturidade média da dívida num valor relativamente elevado (8,1 anos para o total da dívida e 6,4 anos excluindo os empréstimos do PAEF).

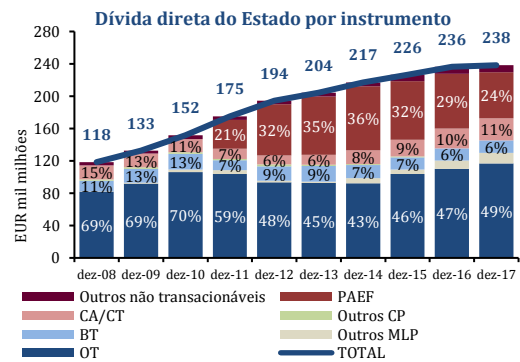


Simultaneamente, registou-se uma ligeira redução do custo marginal de financiamento ponderado pela maturidade, de 2,8% para 2,6%, que contribuiu para a manutenção da trajetória de redução da taxa de juro implícita para um novo mínimo histórico de 3,0%.

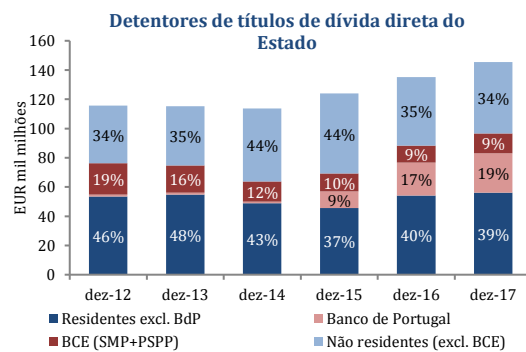


O IGCP continuou a antecipar o reembolso de parte do empréstimo do FMI (EUR 10 mil milhões em 2017), com benefícios em termos de redução do risco de refinanciamento e do custo médio da dívida.

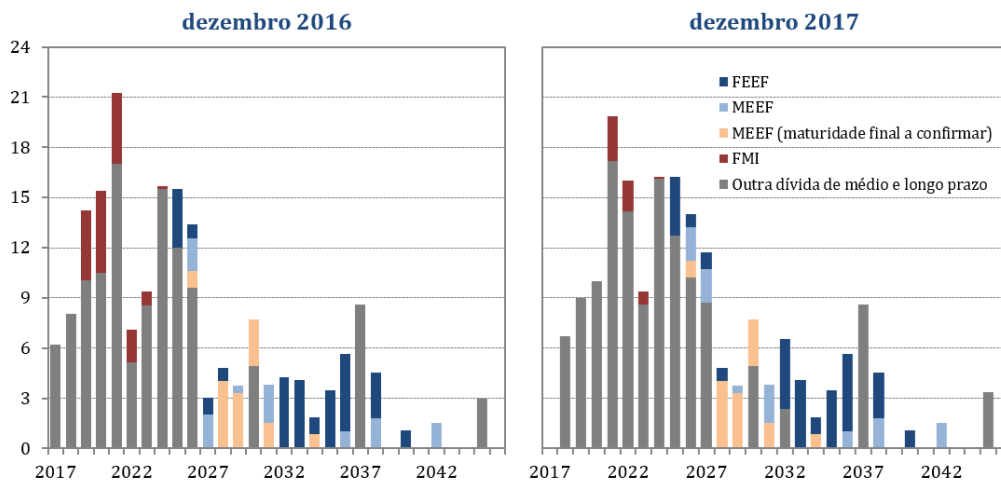
A dívida direta do Estado aumentou EUR 2 mil milhões em 2017, com o peso da dívida associada ao PAEF a reduzir-se para 24%, por contrapartida de um aumento do peso das OT, fixado em 49%, o máximo desde 2012.



A composição dos detentores de títulos de dívida direta do Estado manteve-se relativamente estável, destacando-se apenas o aumento ainda observado do peso dos bancos centrais (de 25% para 28%), em resultado da implementação do PSPP, com um impacto negativo sobre o peso do setor privado.



**Calendário de amortizações de dívida de médio e longo prazo
(inclui maturidades dos empréstimos do MEEF ainda por definir)**



Nota: a maturidade final dos empréstimos do MEEF assinalados não está ainda definida (extensão de maturidade será operacionalizada próximo da respetiva data de amortização original), **mas não se espera que Portugal venha a ter de refinar qualquer empréstimo do MEEF antes de 2026.**